
A PROBLEMÁTICA DA DEFESA NACIONAL
NOS ANOS DE 1860 - 1880

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva

A PROBLEMÁTICA DA DEFESA NACIONAL NOS ANOS DE 1860 - 1880

«1870-71 was not just the victory of the nation-in-arms, new industrial style, over first a rather old-style professional army and then a levée en masse; it was also the victory of modern scientific brain over traditional instinctive brawn.»

Geoffrey Best, «War and Society in Revolutionary Europe, 1778-1870».

I — A CONJUNTURA POLÍTICA INTERNACIONAL

As décadas de 60 e 70 caracterizaram-se por mutações profundas no equilíbrio dos poderes europeus, implicando uma reformulação das concepções existentes a nível da política internacional, mutações estas estreitamente ligadas ao aparecimento de duas novas ordens de factores: a industrialização da Europa e a afirmação e triunfo do princípio das nacionalidades. Embora aparentemente contraditórios, tendiam a reforçar-se devido à sua complementaridade. Com efeito, a unificação alemã e, secundariamente, a italiana dificilmente seriam realizáveis sem um progresso económico e cultural, resultante duma industrialização bem sucedida. Por sua vez, a unificação fortalecia e impulsionava o desenvolvimento industrial, assegurando a independência destes Estados.

Este duplo processo tinha, como corolário, um novo mapa político europeu no qual o espaço das pequenas nações se reduzia significativamente.

Em Portugal eram observadas com crescente preocupação estas realidades, à medida que os acontecimentos se desenrolavam, e foram objecto de especial atenção por parte da *Revista Militar*.

De facto, os redactores e colaboradores deste periódico — membros das forças armadas — procuravam equacionar os novos desafios que se lhes colocavam com vista a uma eficaz adequação dos meios técnicos e humanos

disponíveis. É verdade que não se encontravam isolados, mas eram os mais bem preparados para poderem avaliar, de imediato, os problemas que se levantavam à definição de uma política de defesa nacional.

II — A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Numa época de evolução rápida da tecnologia militar e, consequentemente, da estratégia e da tática, não era fácil à classe política e ao povo português em geral aperceberem-se da sua importância.

A abordagem realizada pela *Revista Militar* permitiu preencher esta lacuna, fornecendo uma informação actualizada.

Os conflitos da década de 50, como a Guerra da Crimeia (1854-1855) ou a Guerra Franco-Austríaca (1859), tinham permitido estabelecer uma antevisão do futuro devido aos meios mobilizados. Porém, não incorporavam as novas tecnologias e não inovavam nem tática nem estrategicamente, traduzindo mais uma continuidade do que uma ruptura com o passado.

São os anos 60 que vão introduzir as grandes transformações, destacando-se pela sua importância a Guerra Civil Americana (1861-1865).

Apesar de distante, este conflito teve repercussões relevantes na evolução da tecnologia militar, pois permitiu aferir no campo de batalha a sua viabilidade. Os caminhos de ferro (para transporte rápido de tropas de uma para outra frente), o telégrafo, os novos tipos de espingarda ou o aparecimento dos primeiros couraçados, suscitaram enorme interesse na Europa.

Em Portugal este interesse era acompanhado por uma reflexão sobre aqueles acontecimentos, como é o caso do primeiro combate entre couraçados⁽¹⁾: «Mudou portanto a guerra marítima; e assim como na antiguidade um homem armado de ferro valia até certo ponto por cem homens de peito descoberto, igualmente um navio encouraçado pode julgar-se que actualmente vale por uma esquadra»⁽²⁾. Mas tal reflexão não se ficava por uma simples aceitação dos factos, antes implicava uma aplicação imediata ao caso português: «No estado actual dos meios conhecidos de ataque

(¹) Combate do «Monitor» e do «Merrimac» a 8 de Março de 1862.

(²) A. F. de Sousa Pinto, «Os Campeões» in *Revista Militar*, 15/05/1862, págs. 249-254.

e de defesa, o que nos parece mais razoável e oportuno, é conservar essas fortificações (as de Lisboa) como existem, prepará-las apenas para receber alguns canhões de grosso calibre, e destinar para a defesa do rio o número conveniente de conhoneiras couraçadas a vapor»⁽³⁾.

A *Revista Militar*, atenta a esta evolução, publicou novos artigos a propósito das guerras entre a Áustria e a Prússia⁽⁴⁾ e a França e a Prússia levando a um debate, entre dois dos seus colaboradores, sobre a qualidade da artilharia alemã⁽⁵⁾.

Estes trabalhos pesaram, sem dúvida, nas decisões tomadas pelos responsáveis políticos no tocante à aquisição de material militar moderno nas décadas que se seguiram e condicionaram também as perspectivas estratégicas respeitantes à defesa do território, especialmente no que se refere à utilização dos caminhos de ferro. Efectivamente, a sua construção alterava completamente os dados relativos à defesa nacional e criava problemas específicos⁽⁶⁾ que tinham de ter em conta considerações de ordem económica e política: «A razão económica e a razão estratégica recomendam ao Governo que se decida a dar a preferência ao caminho de ferro da Beira, na direcção de Almeida. Atendido, como é de razão, o que convém à defesa do País, há muito vasto campo para os poderes públicos poderem manifestar a sua actividade, e empenho pela prosperidade da nação»⁽⁷⁾.

Assim, uma política de defesa nacional coerente impunha uma articulação eficaz entre os aspectos técnico-militares e as necessidades de desenvolvimento económico do País.

⁽³⁾ Cordeiro, «Dos Fortes Avançados como Defesa dos Portos», in *Revista Militar*, 31/06/1862, págs. 381-384.

⁽⁴⁾ José Nuno Pereira Barbosa. «Estudos Sobre a Campanha da Boémia de 1866», in *Revista Militar*, 15/01/1870, págs. 6-16.

⁽⁵⁾ António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, págs. 429-436, e Cordeiro, «A Artilharia Francesa e a Prussiana, Avaliadas Perante os Factos da Actual Campanha», in *Revista Militar*, 20/02/1871, págs. 81-91.

⁽⁶⁾ «Ora um caminho de ferro pelo Vale do Mondego tem imensa importância para a defesa do país (...) porque em caso de invasão pela Beira, como já aconteceu em 1762, e em 1810, o que temos a fazer é cobrir a base de operações, que é Lisboa, e não o Porto, e aproveitar a viação acelerada para a prontidão dos movimentos, e para a expedição dos reforços, e material de guerra, assim como para o fornecimento de subsistências.» Luís Augusto Pimentel, «Considerações Estratégicas sobre o Caminho de Ferro da Beira», in *Revista Militar*, 15/12/1865, pág. 544.

⁽⁷⁾ Idem, pág. 549.

III — O PRINCÍPIO DAS NACIONALIDADES

Se os aspectos tecnológicos pesavam, de forma particular, nas opções a tomar, era preciso ter também em consideração os perigos imediatos que pareciam ameaçar Portugal.

Estes perigos constituíam preocupação constante bem patente na análise do diferendo entre a Prússia e a Dinamarca, em 1864: «... É porque a questão do Schleswig-Holstein tem mais relação com o nosso modo de existir do que o interminável e longíquo debate dos confederados e federais (...) como os dinamarqueses só com os recursos do nosso patriotismo podemos contar para salvar a nossa autonomia»⁽⁸⁾.

A sensação de isolamento resultava da observação da evolução política internacional, marcada pela unificação italiana e alemã. Com efeito, podiam estabelecer-se facilmente paralelismos entre o destino do Reino de Nápoles face ao Piemonte e o de Portugal face à Espanha. O receio duma «União Ibérica» punha directamente em causa a existência do nosso país como estado independente, sendo difícil produzir uma resposta adequada.

O equilíbrio entre as grandes potências europeias, nascido do Congresso de Viena de 1815, tinha sido profundamente modificado pela evolução histórica. Com efeito, o princípio da legitimidade em que assentava fora imediatamente posto em causa pelo chamado «princípio das nacionalidades», surgido após as revoluções de 1848 na Europa.

Tal «princípio» reconhecia a todo o grupo social possuidor de uma origem, uma história, um modo de vida e um território comum, o direito à independência. Porém, havia uma interpretação que favorecia os maiores Estados-nacionais (existentes ou em formação), já que ligava a existência daqueles à capacidade de dispor de um conjunto de condições necessárias a um desenvolvimento económico e social harmonioso. Assim, os pequenos estados deveriam integrar-se em unidades maiores, viáveis em termos económicos e capazes de assegurar um progresso, paradigma da era das nacionalidades.

Esta concepção que legitimou a unificação alemã e italiana, punha em causa a existência de outros pequenos estados europeus (caso de Por-

(8) «Aos dinamarqueses, nem sua irmã a Suécia da vizinha riba lhe estende a mão; nem sua protectora a Inglaterra, lhe oferece o escudo, nos peitos de seus soldados ou nos *armstrongs* das suas naus de guerra!» A. F. de Sousa Pinto, «Outra vez os Tiros do Canhão Prussiano», in *Revista Militar*, 15/07/1864, págs. 374-384.

tugal), tanto mais que velhas potências europeias como a Áustria e a França se mostravam completamente impotentes perante a agressividade dos recém-chegados. Face a tal situação, as respostas passavam sem dúvida por uma estratégia de desenvolvimento nacional coerente, mas implicavam também uma mobilização dos recursos humanos, mobilização que exigia a existência de um exército permanente, numa época em que os exércitos nacionais congregavam enormes efectivos: «Não se carece indicar que a diferença numérica entre as tropas alemãs e as francesas foi uma das causas principais dos reveses que estas têm sofrido. Nas diversas batalhas que tiveram lugar antes da capitulação de Sedan, os prussianos apresentaram sempre em linha, tropas em número muito superior aos franceses ...»⁽⁹⁾.

Não menos importante era a criação de estruturas militares que permitissem obter uma mobilização rápida: «Na Prússia, uma excelente lei militar, permitia de elevar o efectivo do exército a 1 000 000 de homens pelo menos; em consequência da qual, toda a nação alemã se achou armada de um para o outro dia, organizada e munida do seu material de guerra»⁽¹⁰⁾.

Todavia, além da necessidade de organização adequada de recursos humanos e da mobilização da nação, não se podia esquecer a importância da existência duma «intelligentsia» militar, materializada num corpo de Estado-Maior moderno trabalhando segundo princípios científicos: «... não devendo esquecer o variadíssimo serviço, que devem fazer os oficiais do corpo do estado-maior, (...) porque são os grandes auxiliares dos generais, como bem e distintamente mostraram os do exército da Prússia, aos quais é atribuído o grande e espantoso resultado da campanha de 1866»⁽¹¹⁾.

Uma nova era nascera na qual o número, embora importante, não bastava. Era necessário que fosse complementado pela qualidade, qualidade essa que implicava um nível cultural elevado exigindo um progresso intelectual geral da nação. Não seria, aliás, por acaso que o exército prussiano aparecia como exemplo acabado de um exército moderno, beneficiando simultaneamente dos recursos de uma nação industrializada e de um sistema educacional dos mais avançados da época.

⁽⁹⁾ António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, pág. 429.

⁽¹⁰⁾ «O mesmo não acontecia à França. A lei sobre a guarda nacional móvel, adoptada pelo corpo legislativo em 14 de Janeiro de 1868, não tinha sido posta em execução até à época da declaração de guerra.» António Florêncio de Sousa Pinto, «Notícias da Guerra», in *Revista Militar*, 15/12/1870, pág. 429.

⁽¹¹⁾ «O Anno de 1870», A Redacção, in *Revista Militar*, 15/01/1870, pág. 4-5.

Vemos, assim, que a *Revista Militar* soube equacionar, de forma correcta, os problemas que se colocavam à defesa nacional, não se limitando a uma descrição atenta da evolução dos acontecimentos, mas propondo soluções adequadas aos recursos humanos e materiais disponíveis. Ao fazê-lo, não descurou a necessidade de uma inter-relação, com os aspectos de ordem económica e política, mas antes procurou integrá-los num todo coerente, centrada na noção de nação.

Desta forma, foi capaz de perceber as transformações socioculturais adaptando as próprias bases conceptuais da sua reflexão às mutações em curso.

Assim, o discurso que sobressai das suas páginas é marcado por uma modernidade que, sem descurar a imprescindível racionalidade científica, se destaca pela recusa dum convencionalismo de ideias e opta por um esforço de inovação que foi um contributo importante para a renovação do pensamento político português oitocentista.

Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva

Mestre em História Cultural e Política
pela Universidade Nova de Lisboa

Assistente da Universidade Lusíada